

A POBREZA MENSTRUAL E O REFLEXO NA EDUCAÇÃO

JOST, Lana¹

2802914

MACHADO, Fábio²¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo evidenciar problemas que consolidam a pobreza menstrual. Busca-se entender porque menstruação e tabu andam lado a lado ainda nos dias de hoje. É necessária a compreensão de mitos e crenças negativas e incabíveis em torno da menstruação que se estendem ao longo dos anos. Assim como é de grande relevância questionar a desigualdade de gênero, e implicar ao fato de que absorventes não são gratuitos, apesar de serem essenciais, visto que menstruar não se trata de uma escolha. Torna-se fundamental a compreensão do assunto, pois milhares de meninas, mulheres, transexuais, intersexuais e pessoas não binárias, não possuem acesso a itens básicos de higiene, infraestrutura, nem o mínimo conhecimento sobre menstruação, sobre o corpo e suas necessidades físicas e biológicas. Sem contar com o sentimento de vergonha que carregam muitas vezes, pelo fato da menstruação ser atribuída a algo sujo e intocado e que precisa ser silenciada. Este artigo tem como finalidade, mostrar como a precariedade menstrual afeta diretamente na educação, e como a falta de uma educação direta sobre o assunto enfatiza ainda mais o problema. Para isso, foram feitas pesquisas bibliográficas em diversos repositórios de universidades e sites de buscas, que então foram selecionados para fichamento.

Palavras-chave: Menstruação. Tabu. Educação. Desigualdade de gênero.

1. INTRODUÇÃO

A Pobreza Menstrual tem sido uma temática bastante discutida nos últimos tempos, porém, ela sempre esteve presente na vida de milhares de meninas, mulheres, transexuais,

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER – Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. DEZEMBRO/2021

² Professor Orientador convidado para orientação pelo Centro Universitário Internacional UNINTER.

intersexuais e não binárias. Além da falta de itens essenciais de higiene e local apropriado para uso destes, a pobreza menstrual é caracterizada também pela falta de conhecimento do próprio corpo e do ciclo menstrual.

De modo geral, o presente artigo busca compreender o conceito de pobreza menstrual, a dificuldade da naturalização do assunto abordado, e o impacto na vida escolar. Caracterizando crenças e tradições que se estendem até os dias de hoje, firmando a menstruação como algo negativo, ruim e vergonhoso, considerado ainda um tema intocado pela sociedade.

A desnaturalização do tema implica profundamente na educação, visto que muitas pessoas que menstruam não possuem o digno acesso a banheiros em boas condições de uso, água encanada e de qualidade, absorventes, etc. Todo esse processo contribui para que o tema continue sendo tratado como tabu, não somente hoje, mas também para as próximas gerações. Busca-se então, compreender a relação intrínseca entre menstruação e tabu.

É preciso evidenciar como a desigualdade de gênero afeta e reforça a pobreza menstrual, sendo necessário voltar no tempo e compreender como mulheres lutaram e ainda lutam pelo seu lugar de fala, pelo seu direito, assim como transexuais, intersexuais e pessoas não binárias. Afinal, menstruar é inevitável. E por que absorventes não são gratuitos assim como são alguns métodos anticoncepcionais? Importante perceber como a educação sexual é a porta de saída para o preconceito, estigmas negativos e crenças pejorativas. Não está atrelado ao incentivo da prática sexual, como muitos justificam ao ser contra o ensino, mas uma busca por conhecer o próprio corpo e suas necessidades naturais.

Percebe-se a necessidade de estudos e pesquisas referentes à temática. Pois o ato de menstruar não é uma escolha, é algo biológico e precisa ser tratado como tal. A precariedade menstrual ainda é um cenário que assola várias meninas no Brasil e no mundo. Pesquisas apontam que diversas delas perdem aulas por não possuírem meios seguros de controlar o fluxo no período menstrual. (NERIS, 2020).

Não falar sobre a menstruação já é um jeito de falar sobre ela. A omissão demonstra preconceitos perpetuados no dia a dia. Não nomear a menstruação usando no lugar eufemismos como “estar naqueles dias”, significa tornar invisível um fenômeno fisiológico e recorrente (UNFPA; UNICEF, 2021).

O presente artigo pontua crenças e mitos que se estendem ao longo do tempo, reforçando a aliança entre menstruação e tabu, em seguida discute a importância da educação sexual para enfim conceituar e explicar a pobreza menstrual. O método utilizado para desenvolvimento da pesquisa, bem como, elaboração do artigo científico foi através de pesquisas e análises bibliográficas.

2.METODOLOGIA

Para entendimento da complexidade dos impactos que a pobreza menstrual provoca na vida de quem menstrua, esse estudo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Segundo Ana e Lemos (2018, p. 532), essa abordagem é a mais apropriada para a difusão do conhecimento social em educação, visto que a análise qualitativa busca encontrar soluções para a transformação da realidade vivenciada. Ainda, segundo Minayo (2011, p. 623), “o verbo principal da análise qualitativa é compreender.” Para a autora a compreensão é a capacidade de se colocar no lugar do outro, levando em conta a singularidade de cada um, e sabendo que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem de modo coletivo, contextualizadas pela sua cultura. Por essa razão, a abordagem qualitativa foi utilizada como objetivo de análise para a problematização a cerca da precariedade menstrual, visando à assimilação de crenças estabelecidas em diferentes culturas e a busca por desfechos dessa realidade.

Com intuito de explicar a realidade vivenciada por quem é impactado pela pobreza menstrual, o presente artigo tem como objetivo a pesquisa explicativa, de modo a destacar o que é concreto. Para Gil (2002, p. 42), “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” Sendo assim, a pesquisa explicativa oferece condições favoráveis para evidenciar tabus e mitos a cerca da menstruação. Gil (2002, p. 42) ainda afirma que “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.” Com o objetivo da pesquisa definido, busca-se então, desvendar o que há por trás da vergonha de se falar abertamente sobre menstruação, e como essa vergonha afeta e amplia a pobreza menstrual, sendo necessário demonstrar a amplitude que caracteriza essa precariedade para chegar ao foco da pesquisa: O reflexo da pobreza menstrual sobre a educação.

Quanto aos procedimentos, foram feitas pesquisas bibliográficas em plataformas de buscas como Google Acadêmico, SciELO Brasil e repositórios de instituições de ensino. Foram utilizadas palavras-chaves como: Pobreza menstrual; Educação sexual; Precariedade menstrual; Menstruação e tabu; Dignidade menstrual; Desigualdade de gênero. A pesquisa teve enfoque em conteúdos atualizados visando apanhar referenciais fiéis à realidade. A temática, apesar de sempre se fazer presente, ainda é pouco discutida em trabalhos de grande proporção. Assim, os materiais de maior relevância foram selecionados para fichamento.

Fichar um texto significa sintetizá-lo, o que requer a leitura atenta do texto, sua compreensão, a identificação das ideias principais e seu registro escrito de modo conciso, coerente e objetivo. Pode-se dizer que esse registro escrito – o fichamento – é um novo texto, cujo autor é o "fichador", seja ele aluno ou professor. (CAMPOS, 2012, p. 17).

Desse modo, torna-se possível a aquisição de ideias que sintetizem o propósito do autor em divulgar e ampliar determinada temática. O fichamento serve como procedimento de apoio para destacar conceituações que serão necessárias ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Sobre a magnitude do procedimento adotado, Campos (2012, p. 17) afirma que:

A importância do fichamento para a assimilação e produção do conhecimento é dada pela necessidade que tanto o estudante, como o docente e o pesquisador têm de manipular uma considerável quantidade de material bibliográfico, cuja informação teórica ou factual mais significativa deve ser não apenas assimilada, como também registrada e documentada, para utilização posterior em suas produções escritas.

Sendo assim, utiliza-se o fichamento como ferramenta potencializadora, de modo a compilar principais ideias do referencial estudado, sem que haja necessidade de retornar à leitura completa. Ideias estas que estão inseridas ao longo da pesquisa.

3.AS BARREIRAS E O TEMPO

A menstruação se faz presente na vida de milhares de pessoas, doze vezes ao ano, e ainda assim, carrega junto de si mitos e crenças que ultrapassam as barreiras do tempo.

Quando se fala em menstruação, é comum as pessoas terem uma noção simplista do assunto, de tal modo a encará-la como mais uma eventualidade natural do corpo feminino. De fato, poderia assim sê-lo. Porém, na mesma intensidade em que o fenômeno biológico é visto de forma natural, as construções culturais, que aqui denomino na maior parte das vezes como “tabus”, foram naturalizadas a ponto de os sujeitos vivenciarem os discursos oficiais acerca da temática como algo natural. Ao internalizar as pedagogias culturais proferidas pelo imaginário popular, pelo Estado, pela Igreja, pela Escola, pela mídia, entre outros postos de poder, a mulher se viu encapsulada num rol de regras a fim de controlar suas formas de explorar as sexualidades ao longo da história (GOMIDES, 2020, p. 2).

Importante destacar o termo utilizado por Gomides (2020 p. 2), a mulher se vê encapsulada em meio a regras como forma de controle, inibindo-a de ditar suas próprias regras. Tais construções culturais são reforçadas para que sejam tratadas como normais, quando na verdade são tabus que perpassam gerações e que podem trazer consequências futuras, as quais serão abordadas ao longo deste artigo.

A menstruação quando citada, vem na maioria das vezes disfarçada de eufemismos, como se o ato de menstruar fosse impróprio e oculto. É importante destacar algumas crenças que estigmatizam essa ideia de não naturalizar o ato de menstruar. Conforme Moreira (2013, p. 78):

Na esfera das práticas religiosas e ritualísticas relacionadas à feitiçaria e a magia, o sangue feminino transportaria substâncias impuras e ao mesmo tempo poderosas capazes de azedar o leite, botar a perder o preparo da comida, fazer secar o leite materno e até mesmo levar a loucura aquele que ingerir essa poderosa substância.

São através de crenças como essas, que a menstruação segue como temática quase que intocada na sociedade. Assim como modos de cultivo de determinada planta passam de geração para geração e se enraízam, as crenças e tabus também fazem esse papel. Crenças essas, que tratam a menstruação como algo sujo e sigiloso. Ainda, segundo Moreira (2013, p. 78):

O silenciamento de mãe para filha com relação à menstruação pode indicar uma prática que se dá em conformidade com um ideário feminino no qual ser mulher é silenciar o próprio corpo. Dentro desta perspectiva, a menstruação constitui uma experiência a ser vivenciado de forma solitária, constituindo, deste modo, um assunto do silêncio e do segredo.

A falta de diálogo entre pessoas no mesmo círculo a cerca da menstruação, por si só, já é um modo de manifestação. O silêncio também possui posicionamento, e a

ocultação do assunto inferioriza e intimida a pessoa que menstrua, que então faz uso de códigos e eufemismos para falar sobre menstruação. De modo automático, pois essa crença passa, por exemplo, de mãe para filha, que acaba por achar natural silenciar o próprio corpo e não falar abertamente sobre o assunto. Cabe aqui ressaltar, que a menstruação não se faz presente apenas na vida da mulher, mas como já citado inicialmente, faz parte da vida de pessoas não binárias, transexuais e intersexuais. De modo geral, a temática é válida para toda a sociedade, visto que a falta da compreensão do assunto por parte de todos já é um problema a ser resolvido.

Nesse sentido, é de grande relevância mencionar o documentário *Period end of sentence*, no Brasil, *Absorvendo Tabu*. Tem como diretora Rayka Zehtabchi, lançado em 2019 e ganhador do Oscar na categoria de melhor documentário de curta-metragem. Passa-se na Índia rural, nele é possível compreender a vergonha das mulheres ao ouvirem a palavra menstruação, a falta de conhecimento delas sobre o próprio ciclo e a ausência de produtos menstruais que impedem muitas delas de frequentar a escola. Uma das cenas mais impactantes do curta é quando pedem a um grupo de homens o que é menstruação, a resposta: “Um tipo de doença que geralmente afeta as mulheres.”

A falta de conhecimento sobre questões tão naturais é espantosa, por isso a necessidade de se questionar até quando tabu e menstruação irão se aliar.

É relativamente fácil recordar alguns mitos ou crenças que nos foram transmitidos na nossa infância pelas nossas mães e avós, mas a sua adesão pode ser determinada por diversos factores, como o grau de aculturação, os níveis educacionais e económicos assim como, a intensidade do contacto com as gerações mais velhas. Na verdade, as pessoas idosas, portadoras de saberes experimentados e consolidados no tempo, asseguraram a sua transmissão até nós. Numa primeira fase, esta transmissão passa-se essencialmente no seio da família e, mais tarde, esta transmissão alarga-se à comunidade.
(MARTINS, 2004, p. 12).

Nessas condições, pode-se compreender como mitos e crenças são transferidos de uma geração a outra, a depender da assimilação de determinada pessoa sobre dado assunto. Com base em sua apropriação de conhecimento e cultura, o indivíduo desenvolverá sua própria crença que irá refletir sobre seu comportamento. Walter (2014, p.28), menciona a importância de se compreender que a cultura se modifica, sendo necessária a abordagem de assuntos reais com os jovens, para que não se apropriem de

informações falsas e antigas. A modernidade de hoje possibilita um número desenfreado de notícias e conhecimentos, os quais precisam ser questionados sobre sua veracidade.

3.1 NATURALIZAR ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

A informação e o acesso à educação sexual são imprescindíveis para que tabus, crenças ultrapassadas, preconceitos e estereótipos à respeito da sexualidade sejam rompidos. Porém, é perceptível a relutância das pessoas ao abordar o assunto. Segundo Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p. 256), na atualidade

os pais eximem-se da responsabilidade de educar sexualmente os filhos por acreditarem que eles são jovens demais para falar sobre o assunto. Para diversos adultos, a sexualidade é um assunto proibido para crianças e adolescentes de pouca idade e assim evitam discutir com eles os questionamentos relacionados ao tema.

Os pais possuem medo de que o estudo sobre sexualidade incentive o contrário do que é proposto, que estimule a vida sexual. Porém, é na tentativa da ocultação do assunto, por imaginar ser cedo demais que a precariedade em abordar a educação sexual se agrava. Para Ribeiro e Reis (2020, p. 377), a sexualidade se faz presente em todas as faixas etárias. Porém existe a negação da sociedade em tratar sobre o assunto, e a dificuldade de saber como lidar por parte de professores e profissionais da saúde. Pois a escola se depara com situações em que há necessidade de intervir, como brincadeiras entre colegas e inscrições nas portas de banheiros. Assim sendo, nota-se a necessidade de uma formação continuada aos professores voltada à sexualidade, de modo que estejam mais bem preparados para eventualidades que possam surgir.

É importante introduzir na formação inicial de professores temas relacionados à educação sexual, para que possa ocorrer uma melhor orientação aos alunos sobre os mitos que envolvem as questões sexuais, informações na perspectiva do conhecimento científico e reconstrução dos saberes que a sociedade, mídia e família imprimiram nos discentes, por meio de padrões de comportamento e diversas linguagens, incluindo textos e imagens. (BARCELOS e JACOBUCCI, 2011, p. 336).

A partir da instrução dada aos professores para que consigam abordar temas provenientes da sexualidade com seus alunos, uma série de aspectos serão trabalhadas. Evidenciando o conhecimento científico, mitos, crenças e saberes que a família transfere

ao aluno, passam a ser vistos com outros olhos. Olhar crítico e pertinente frente às várias crenças que estigmatizam o tabu sobre a menstruação.

A sexualidade está presente no cotidiano escolar, na vida de todos independente da idade. O que diferencia, é a forma de abordar o assunto conforme a idade. A educação sexual está longe de ser comparada a um incentivo para a prática sexual, apesar de muitas vezes, infelizmente ser. Trata-se de uma temática de caráter interdisciplinar, além do conhecimento do próprio corpo, de suas necessidades físicas e biológicas, engloba também o entendimento sobre diferenças, eliminando preconceitos e obtendo alicerce para viver em sociedade.

Sabemos que a não satisfação das curiosidades das crianças e adolescentes em respeito à sexualidade, gera ansiedade e tensão, pois são questões muito significativas para a subjetividade de cada ser. A oferta, por parte da escola, de um espaço onde os alunos possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões contribui para o alívio da ansiedade que, muitas vezes, interfere no aprendizado dos conteúdos escolares. (RIBEIRO E REIS, 2020, p. 380).

Sendo assim, a educação sexual é de extrema importância para sanar dúvidas e inquietações do estudante, que podem vir a prejudicar o desempenho escolar. Sem contar, a existência de comportamentos que o professor possa achar necessário intervir. Evitando suspeitas de abuso e fazendo com que o aluno adquira autoconfiança, conhecimento sobre seu corpo e proteção.

Com base nisso, pode-se compreender como a ausência da educação sexual afeta a vida escolar e a vida como um todo. É preciso perceber como se faz necessário uma educação que atenda as dúvidas e necessidades dos jovens, uma educação que abra caminhos e mentes, para que assim, sejam evitados conflitos com famílias e que o propósito de explicar a educação sexual seja atingido.

A falta de tal ensino agrava diretamente a pobreza menstrual, o não conhecimento do próprio corpo, é umas das tantas questões a serem resolvidas.

3.2A BUSCA PELA DIGNIDADE MENSTRUAL

A pobreza menstrual é uma temática que aos poucos vem sendo discutida. Pode ser caracterizada através da falta de acesso a itens essenciais de higiene, infraestrutura e

conhecimento do próprio corpo e do ciclo menstrual. Segundo a UNFPA e UNICEF (2021, p. 11), quando não se tem acesso adequado aos produtos de higiene menstrual

é amplamente reportado por diversas pesquisas em várias regiões do mundo que meninas e mulheres fazem uso de soluções improvisadas para conter o sangramento menstrual com pedaços de pano usados, roupas velhas, jornal e até miolo de pão. Outra face do problema, para além dos meios improvisados, diz respeito à situação em que meninas e mulheres não conseguem realizar de três a seis trocas diárias de absorventes, conforme a indicação de ginecologistas, permanecendo com o mesmo absorvente por muitas horas.

É notável a precariedade que assola o ciclo menstrual de milhares de pessoas, que então necessitam de improvisos para conter o sangue menstrual. Para UNFPA e UNICEF (2021, p. 5), “a pobreza menstrual não afeta somente pessoas que estão em situação de pobreza, mas prejudica também a adequada higiene menstrual de quem considera o absorvente um produto supérfluo, e ainda, de pessoas que não decidem sobre alocação do orçamento familiar, sobrando pouca ou nenhuma renda para esse fim”.

A falta de acesso a itens essenciais de higiene e saneamento básico, afeta diretamente na educação de quem menstrua, sendo que uma vez ao mês ela terá sua rotina escolar ameaçada. Sem contar com o sentimento de vergonha atribuído à menstruação, e medo de que ela fique visível na roupa devido ao improviso não seguro. Outro problema é a falta de conhecimento das pessoas sobre seu próprio ciclo, então para elas, a menstruação sempre chegará de forma inesperada. Essas questões problematizam a vida escolar, que por segurança e também constrangimento quando menstruadas resolvem ficar em casa.

Uma grande barreira é a infra-estrutura inadequada e a falta de itens essenciais de higiene da própria escola, o que agrava ainda mais a precariedade menstrual. Sobre a falta de banheiro nas escolas UNFPA e UNICEF (2021, p. 18) “encontramos que cerca de 321 mil alunas, 3,0% do total de meninas estudantes brasileiras, estudam em escolas que não possuem banheiro em condições de uso.” A falta de banheiros na própria residência também é alarmante: “São 713 mil meninas (4,61% do total) sem acesso a banheiros em seus domicílios e 88,7% delas, mais de 632 mil meninas vivem sem acesso a sequer um banheiro de uso comum no terreno ou propriedade.”(UNFPA, UNICEF 2021, p. 22).

São várias barreiras que vão sendo evidenciadas ao longo do assunto. Além da falta de itens básicos, é necessário perceber como a desigualdade de gênero está intimamente ligada à precariedade menstrual.

Pelo menos desde a Revolução Agrícola, a maior parte das sociedades humanas têm sido sociedades patriarcais que valorizam mais os homens do que as mulheres. Independente de como a sociedade definia “homem” e “mulher”, ser homem sempre foi melhor. [...] Qualidades consideradas masculinas são mais valorizadas do que aquelas consideradas qualidades femininas, e membros de uma sociedade que personificam o ideal feminino recebem menos do que aqueles que exemplificam o ideal masculino. Menos recursos são investidos na saúde e na educação das mulheres; elas têm menos oportunidades econômicas, menos poder político e menor liberdade de movimento. O gênero é uma corrida em que os corredores competem apenas pela medalha de bronze. (HARARI, 2018, p. 158-161).

Mesmo com todos os avanços possíveis, mulheres continuam não sendo tão valorizadas quanto os homens. Harari (2018, p. 158-161) menciona que menos recursos são investidos na saúde das mulheres, o que poderia explicar a falta de itens de higiene menstrual. Mesmo não sendo o foco do artigo, é importante mencionar para se fazer refletir também, sobre a dificuldade de obtenção de direitos empregados aos LGBTQIA+.

É questionável o impasse em tratar da menstruação como algo natural, assim como a maioria dos contraceptivos são gratuitos em postos de saúde, absorventes também deveriam ser. A falta de discussão e normalidade do assunto dificulta o entendimento de que todas as pessoas que menstruam deveriam ter acesso ao que é delas por necessidade e direito. Para (RATTI *et al.*, 2015, p. 5):

Devido a essa alocação social de inferioridade, as mulheres aprendem a esconder traços de sua personalidade que não seguem o padrão pré-determinado, assim como seus próprios corpos. Agem e são representadas no imaginário social por características como delicadeza, fragilidade e discrição, o que as faz com que elas permaneçam em estado de insegurança.

A ocultação dos traços de personalidade, bem como do próprio corpo, intensifica estereótipos a respeito da menstruação. Essa imagem da mulher resumida em delicadeza e fragilidade é estampada nos próprios comerciais de absorvente, em que o sangue aparece em uma coloração azul, como se o próprio sangue não pudesse ser visto.

O padrão de beleza e de higienização contribuiu, também, para essa ressignificação: o corpo ideal não é apenas magro, branco e belo, ele também é o corpo higienizado e livre de seus processos naturais – ou seja, que não sua, não sofre, não sangra. Todo o sincretismo que então se cria quanto ao assunto faz com que mulheres sejam desconectadas do próprio corpo e da própria saúde, e lhes dá o dever constante de poupar a sociedade de sua biologia a todo custo – a

despeito do fato de que metade desta sociedade também menstrua. (CIANFLONE e COVALESKI, 2018, p. 3).

A pressão estética e a busca pela perfeição estampada na mídia reforçam a opressão sobre quem menstrua. Ao observar comerciais de absorventes é comumente visto mulheres sorrindo, adquirindo plenitude. Essa visão está impregnada no imaginário social, sendo que menstruar causa desconforto, causa dores, e a romantização na publicidade é revestida de tabus.

Por todas as questões em aberto sobre acesso, direitos e dignidade “em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o direito à higiene menstrual é uma questão de saúde pública mundial e de direitos humanos. Desde então, muito se tem discutido e estudado a respeito do tema na esfera internacional”. (ASSAD, p. 149).

Esse reconhecimento propiciou a todos que menstruam, meninas, mulheres, transexuais, intersexuais e pessoas não binárias, melhor conhecimento sobre seus direitos e poder de voz para transformação da precária realidade. Sendo assim, movimentos para auxiliar no combate a pobreza menstrual ficaram ainda mais conhecidos, como é o caso do Girl Up, movimento global que une meninas para mudar o mundo e que defendem a igualdade de gênero.

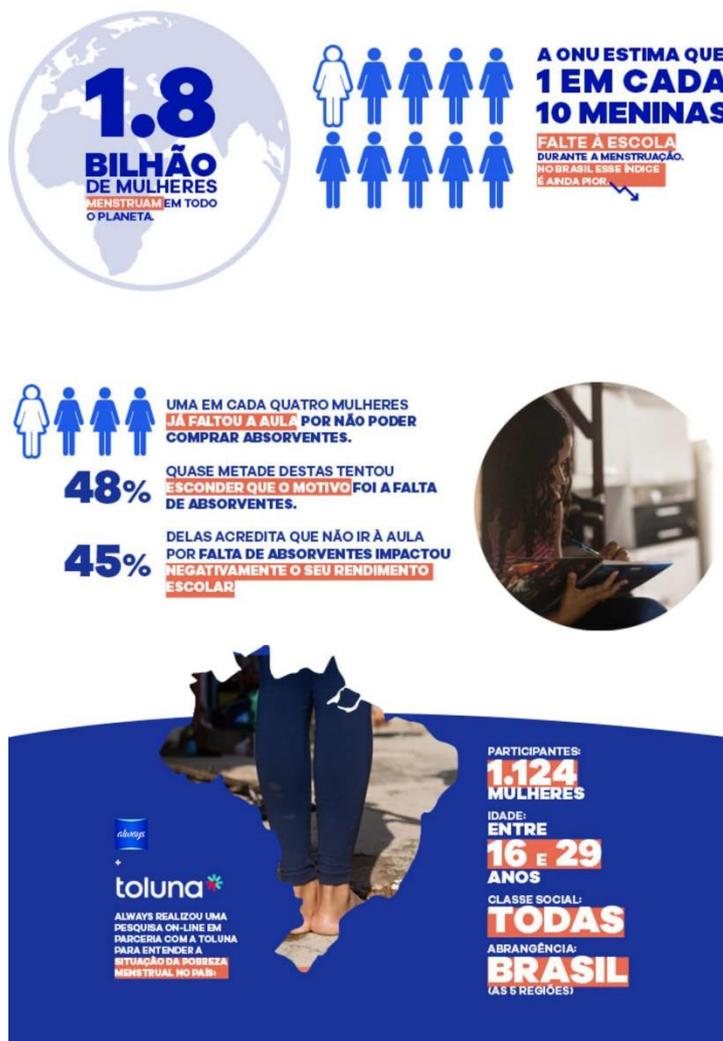
As meninas do Girl Up vem mostrando que, por meio do esforço conjunto de governos e sociedade civil, da pesquisa multidisciplinar e, sobretudo, do reconhecimento empático de que sangrar todo mês não precisa ser um limite, avançaremos. Elas estão fazendo política com as próprias mãos, conquistando projetos de lei estado por estado, promovendo eventos e diálogos, buscando informação ao ponto de motivarem esse estudo. (BAHIA, 2021, p. 24).

Ainda, ao contrário do que é comumente visto em comerciais de absorventes, em 2018 a marca Sempre Livre lançou a campanha “Sinta-se Confortável em Ser Mulher”, e promoveu uma grande mudança ao expor um líquido vermelho para representar o sangue menstrual. Também criou juntamente com a UNICEF o projeto “Tamo Juntas”, desenvolvido em duas capitais brasileiras: Recife-PE e São Luís-MA em territórios mais vulneráveis, com intuito de promover dignidade e higiene menstrual, conhecimento e confiança em si mesmo.

Outras marcas de absorventes também se manifestaram propondo suas ações, de modo a elucidar a precariedade menstrual. A marca Always desenvolveu a campanha

#meninaAjudaMenina em parceria com várias ONGs do Brasil. A partir de atitudes como essas, tabus na publicidade deram lugares a menstruação real, expondo dados alarmantes que impactam a vida de quem vive a pobreza menstrual.

Figura 1 – Impacto direto na educação



Fonte: Always, 2021.

A partir de ações de marcas de absorventes e movimentos sociais, a busca pela dignidade menstrual começou a ser debatida com mais frequência inclusive na esfera política. Assad (2021, p. 153) menciona a importância de políticas públicas:

Mostra-se relevante citar aqui algumas alternativas de políticas públicas de enfrentamento à problemática, como a diminuição ou até mesmo a supressão de tributação sobre produtos de higiene menstrual; a distribuição gratuita destes produtos; o aumento do número de absorventes distribuídos mensalmente às presidiárias; a inserção de produtos de higiene menstrual na cesta básica; a criação

de bonificações para empresas que combatam a pobreza menstrual dentro da sociedade onde estão inseridas; a promoção de campanhas publicitárias voltadas à conscientização da população; a inserção do tema na grade curricular das escolas; dentre outras.

A falta de condições para compra de absorventes e a tributação imposta sobre eles é um grande desafio a ser vencido. Para isso, foram criados projetos de leis que seguem em discussão com objetivo de que absorventes tornem-se mais acessíveis. A deputada Marília Arraes (PT-PE) apresentou um projeto em setembro de 2019 propondo a distribuição de absorventes nas escolas públicas (PL 4968/19). Aprovada parcialmente em outubro de 2021, transformada na Lei Ordinária 14214/2021, instituiu o Programa de Proteção e Promoção de Saúde Menstrual, porém a distribuição de absorventes gratuitos foi vetada pelo Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) alegando não constar no projeto de onde viria verbas para aquisição dos produtos.

No estado do Rio de Janeiro foi aprovada e sancionada a Lei 9.404/21, que prevê a distribuição gratuita de absorventes nas escolas estaduais, considerando o produto item de necessidade básica para a saúde e higiene. Em vários outros estados, são elaborados programas de modo a esclarecer e promover dignidade menstrual e também tramitam projetos com o mesmo objetivo.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil (ODS), para que se alcance a Agenda 2030 no país, é importante destacar os objetivos que englobam o cessar da precariedade menstrual. Segundo as Nações Unidas do Brasil:

ODS 1 – Erradicação da pobreza: Erradicar a pobreza em todas as formas e lugares;
ODS 3 – Saúde e bem-estar: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 4 – Educação de qualidade: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
ODS 5 – Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
ODS 6 – Água potável e saneamento: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
ODS 10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

De tamanha relevância, a Organização Mundial da Saúde escolheu para ser celebrado no dia 28 de maio o Dia Internacional da Dignidade Menstrual, alertando a importância da temática e os impactos vivenciados por quem anda ao lado da precariedade

menstrual. Essa data traz consigo a simbologia do ciclo menstrual, retratando no dia 28 a média de dias de um ciclo, e o mês 5 referente a média de dias de cada ciclo.

Como dito inicialmente, a pobreza menstrual vem sendo debatida aos poucos, e são várias linhas que a tecem. Está lá na omissão do assunto, na romantização de comerciais de absorventes, nos mitos que se estendem ao passar do tempo, na falta de infraestrutura e higiene, na ausência de conhecimento sobre o próprio corpo, na exclusão de uma educação real e esclarecedora sobre si mesmo. Ver a temática ser expandida através da educação, de projetos, leis e programas é a essência para que a pobreza menstrual não seja uma normalidade.

4. Considerações finais

A pobreza menstrual, apesar de ser uma expressão particularmente nova, perpassa no tempo e se instala na vida de milhares de pessoas. De forma ampla, podemos conceituá-la desde a vergonha de falar sobre o assunto, ou mesmo, a falta de não saber como explicar tal fenômeno, até a carência ao acesso de itens básicos de higiene e espaços em boas condições de uso.

Importante compreender como a educação é a chave para a promoção da dignidade menstrual. Formando pessoas mais seguras, que conheçam suas necessidades biológicas e também seus direitos, para que possam exigir políticas públicas que visem combater a precariedade menstrual, e que tratem com maior atenção a saúde e cuidados básicos referentes à menstruação.

É preciso desintegrar mitos e crenças sem fundamentos que prejudicam a naturalização do tema. É necessário o debate e a exposição do assunto, para que o ato de menstruar seja tratado com a atenção merecida. Que aos poucos deixe de ser um terreno intocado, que seja um terreno fértil, com possibilidades de expansão de direitos, de conhecimento e principalmente de questionamentos, para que a missão de naturalizar o ciclo menstrual não cesse.

A partir de questionamentos, o indivíduo passa a adquirir um comportamento natural ao falar sobre menstruação. Que então, evita a ocultação do assunto, uso de eufemismos, deixa de crer em mitos infundáveis e procura maneiras de cessar, ou então,

regredir a precariedade menstrual. É através da ideia de cada um pode contribuir um pouco, que o necessário acontece e toma forma.

Esse estudo tem como objetivo conceituar de forma breve o que dificulta a inserção da temática como algo natural e as consequências que isso traz. Pretende auxiliar na dispersão do assunto, para que mais direitos sejam cobrados e mais vozes sejam ouvidas, para que o simples ato de menstruar não proíba ninguém de estudar. A discussão sobre a temática não se esgota aqui, muito pelo contrário, precisa ser cada vez mais trabalhada e tratada com a complexidade que merece.

Assim como tais mitos e crenças, mesmo sem comprovação, perpassam as barreiras do tempo, a boa vontade em propagar informações cabíveis, necessárias e urgentes também pode ser construída como uma colcha de retalhos. Por várias mãos, várias vozes, várias contextualizações, assim como cada pedaço de tecido, mais uma vez e positivamente desenrolando-se pelas barreiras do tempo.

REFERÊNCIAS

ABSORVENDO o Tabu. Direção de Rayka Zehtabchi. Estados Unidos: Netflix, 2019. (26 min.).

ANA, W. P. S.; LEMOS, G. C. Metodologia científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 4, n. 12, p. 531-541, nov. 2018. Disponível em: <<http://35.238.111.86:8080/xmlui/handle/123456789/488>>. (Acesso em: 25 Nov. 2021).

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**. V. 2, n. 1, p. 140-160, 2021. Disponível em: <<http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774>>. (Acesso em: 05 Dez. 2021).

BARCELOS, N. N. S.; JACOBUCCI, D. F. C. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. Espanha, v. 10, n. 2, p.334-345, 2011. Disponível em: <http://reec.webs.uvigo.es/volumenes/volumen10/ART6_VOL10_N2.pdf>. (Acesso em: 29 Nov. 2021).

CAMPOS, Magna. **Manual de gêneros acadêmicos**: Resenha, Fichamento, Memorial, Resumo Científico, Relatório, Projeto de Pesquisa, Artigo científico/paper, Normas da

ABNT. Mariana, 2012-2013. 89 p. Disponível em:
<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/53073540/Manual_de_generos_academicos_Resenha_Fic_1-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1637980662&Signature=PEaEsZHsi95ZPRIfPy6k2OrfOQMnzym7HrVZXXUbx6WeVmLlegMP66Mda4BykfdEI3MfDDryuH5~h2w-bwoMcQxh-6odpGV7cmi8W46BWlyux1WqkfJR6jnewStzlvUy~Z~1CTL9US39tiMOBEIkC6oo-2ftXfOK1Tcf9oEoA~87XXnGIUx4CvNGrks7LThofpWETzxtWoidoqEi~Gq8PWa8kntq-TmRLOEoGNaKOAOG4Zij2ml-3n4kdVqPm-p3J1mfaEfkdsdLwegGH8SLQpZEyMQmf3O1QlBrJdnUcyYoVdOJYmQuv-9n7xCX5CCcIZS9xYuMaf1k7pWkRg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=16>. (Acesso em: 26 Nov. 2021).

CIANFLONE, L. R.; COVALESKI, R. A propagação e a quebra do tabu da menstruação na publicidade. In: XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS E COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2018, Bahia. **Anais...** Bahia: INTERCOM, 2008. p. 1-14.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE IMAGENS. [**Pobreza Menstrual**] 2021. Disponível em:
<<https://www.alwaysbrasil.com.br/pt-br/sobre-nos/nossa-batalha/always-contr-a-pobreza-menstrual>>. (Acesso em: 06 Dez. 2021).

GOMIDES, Lana de Araújo. **“Deixa meu sangue escorrer”**: como as visualidades operam sobre os sentidos da menstruação? 2020. 194f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás - Goiânia – Brasil, 2020. Disponível em:
<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10645>>. (Acesso em: 20 Out. 2021).

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: Impasses e desafios. **Holos**, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Natal, Brasil, v. 5, p. 251-263, out. 2013. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481548607021>>. (Acesso em: 15 Out. 2021).

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens** – Uma breve história da humanidade. 38. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MARTINS, Maria de Fátima da Silva Vieira. A herança cultural de um povo: segredos tradicionais no ventre. In: Vº CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2004, Portugal. **Anais...** Portugal: UNIVERSIDADE DO MINHO, 2004. p. 10-15. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/1822/22825>>. (Acesso em: 15 Nov. 2021).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, São Paulo, v. 17, p. 621-626, 16 out. 2011. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt&format=pdf>>. (Acesso em: 25 Nov. 2021).

MOREIRA, Virgínia Palmeira. **"Pronto, agora já sou moça": valores, crenças e saberes que envolvem a menstruação**. 2013. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -

Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2013. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1605>>. (Acesso em: 20 Nov. 2021).

NERIS, Brenda Borba dos Santos. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: Análise da tributação incidente nos absorventes íntimos. **Revista FIDES**, Natal, v. 11, n. 2, p. 743-759, 21 jan. 2021. Disponível em: <<http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/533>>. (Acesso em: 24 Out. 2021).

RATTI, C. R. et al. O tabu da menstruação reforçado pelas propagandas de absorvente. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015. p. 1-15. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0436-1.pdf>>. (Acesso em: 25 Nov. 2021).

RIBEIRO, R.; REIS, W. Educação Sexual: O trabalho com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 375-386, 06 set. 2020. Disponível em <https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/389>. (Acesso em: 20 Nov. 2021).

UNFPA; UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e violações de direitos** – 2021. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil; 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>>. (Acesso em: 24 Nov. 2021).

WALTER, José Carlos. **Memórias das juventudes: mitos e crenças sobre a sexualidade**. 2014. 67f. Dissertação (Mestrado em Memórias Sociais e Bens Culturais) – Centro Universitário La Salle – Canoas – Brasil, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11690/658>>. (Acesso em: 13 Out. 2021).